



Sociedade Educacional Santa Rita S.A.
CNPJ nº 91.109.660/0001-60

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, as Demonstrações Financeiras da Sociedade Educacional Santa Rita S.A., referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)

| Balço Patrimonial | | | Balço Patrimonial | | | Demonstrações dos Resultados | |
|-------------------------------|----------------|----------------|-------------------|----------------|----------------|------------------------------|----------|
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | 31/12/2025 | 31/12/2024 | 2025 | 2024 |
| Ativo/Circulante | 66.351 | 36.524 | 41.484 | 48.246 | 20.046 | 28.676 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 55.780 | 29.947 | 19.811 | 4.135 | 1.262 | 1.419 | 87.185 |
| Contas a receber | 3.267 | 5.505 | 6.807 | 3.136 | 2.918 | 5.412 | (44.201) |
| Tributos a recuperar | 1.119 | 409 | 1.735 | 1.502 | 1.198 | 1.019 | 42.984 |
| Outros créditos | 6.185 | 663 | 13.131 | 31.955 | 5.331 | 15.343 | 29.048 |
| Não circulante | 141.666 | 142.751 | 138.646 | 14.974 | 32.569 | 34.849 | |
| Contas a receber | 2.977 | 1.696 | 1.185 | 3.084 | 4.537 | 1.273 | |
| Depósitos judiciais | 15 | 37 | 105 | 4.137 | 4.643 | 4.115 | |
| Outros créditos | 2 | 2 | 210 | 297 | 157 | 95 | |
| Tributos diferidos | 3.986 | 4.479 | 3.848 | 14.974 | 32.569 | 34.849 | |
| Investimentos | 51.085 | 37.872 | 30.724 | 689 | 609 | 849 | |
| Imobilizado, líquido | 16.734 | 15.015 | 16.171 | 14.001 | 31.449 | 34.000 | |
| Direito de uso | 13.554 | 30.232 | 33.278 | 284 | 511 | - | |
| Intangível, líquido | 53.313 | 53.418 | 53.125 | 71.159 | 71.159 | 71.159 | |
| Total do ativo | 208.017 | 179.275 | 180.130 | 144.797 | 126.660 | 116.605 | |
| | | | | 21.965 | 21.965 | 21.965 | |
| | | | | 51.673 | 33.536 | 23.481 | |
| | | | | 208.017 | 179.275 | 180.130 | |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | |
|--|----------------|---------------------------|------------------------------|---------------|-----------------------------|--------------------|----------------|--|
| | Capital social | Futuro aumento de capital | Total de reservas de capital | Reserva legal | Total de reservas de lucros | Lucros acumulados | Total | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2024 (Reapresentado - Nota 1.2) | 71.159 | 21.965 | 21.965 | 19.015 | 4.466 | 23.481 | 116.605 | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 22.615 | 22.615 | |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (7.229) | - | (7.229) | (7.229) | |
| Destinação do resultado do exercício | - | - | - | - | - | - | - | |
| Constituição da reserva legal | - | - | - | - | 1.122 | (1.122) | - | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (5.331) | (5.331) | |
| Retenção de lucros | - | - | - | 16.162 | - | 16.162 | 16.162 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 (Reapresentado - Nota 1.2) | 71.159 | 21.965 | 21.965 | 27.948 | 5.588 | 33.536 | 126.660 | |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | - | 44.760 | 44.760 | |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (15.992) | - | (15.992) | (15.992) | |
| Destinação do resultado do exercício | - | - | - | - | - | - | - | |
| Constituição da reserva legal | - | - | - | - | 2.238 | (2.238) | - | |
| Dividendos mínimos obrigatórios | - | - | - | - | - | (10.631) | (10.631) | |
| Retenção de lucros | - | - | - | 31.891 | - | 31.891 | 31.891 | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 71.159 | 21.965 | 21.965 | 43.847 | 7.826 | 51.673 | 144.797 | |

| Demonstrações dos Resultados | | | Demonstrações dos Resultados Abrangentes | |
|---|---------------|---------------|--|------------|
| | 2025 | 2024 | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Receita líquida | 87.185 | 71.573 | | |
| Custo dos serviços prestados | (44.201) | (42.525) | | |
| Lucro bruto | 42.984 | 29.048 | | |
| (Despesas) e receitas operacionais: | | | | |
| Despesas gerais, administrativas e comerciais | (15.701) | (13.136) | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 18.213 | 12.148 | | |
| Outras receitas, líquidas | 2.190 | 413 | | |
| Lucro antes das despesas e receitas financeiras | 47.686 | 28.473 | | |
| Receitas financeiras | 5.969 | 2.202 | | |
| Despesas financeiras | (7.107) | (8.427) | | |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 46.548 | 22.248 | | |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | (1.295) | (263) | | |
| Diferido | (493) | 630 | | |
| Lucro líquido do exercício | 44.760 | 22.615 | | |
| Média ponderada das ações do exercício | 67.258.520 | 67.258.520 | | |
| Lucro básico e diluído por ações em reais | 0,6655 | 0,3362 | | |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A FSG - Sociedade Educacional Santa Rita S.A. ("Sociedade Educacional Santa Rita S.A." ou "Companhia") é uma sociedade anônima, controlada direta da Veritas Educacional A Participações S.A., com sede na Rua Marechal Floriano, nº 1.229, centro, Caxias do Sul, RS. A Companhia tem como principais atividades: desenvolver e/ou administrar atividades e/ou instituições nas áreas de educação em todos os níveis; desenvolver e/ou administrar e/ou representar e/ou controlar atividades de ensino, regulamentada ou não regulamentada, em todos os níveis, utilizando metodologias presenciais ou à distância; desenvolver e/ou administrar atividades de pesquisa e extensão; editar, produzir, distribuir, comercializar, importar e exportar conteúdos, materiais didáticos impressos ou digitais, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, bem como o licenciamento para produtos escolares e de natureza pedagógica; comercializar e/ou intermediar e/ou representar a venda de mercadorias, materiais didáticos ou não, revistas, jornais, livros e demais publicações dirigidas à educação de todos os níveis, inclusive com o recebimento de comissão pelas vendas; gerir direitos autorais de obras literárias ou objetos de aprendizagem, impressos ou digitais; prestar serviços educacionais e serviços de treinamento, qualificações, assessoria, avaliação e demais serviços relacionados a educação; administrar bens e negócios próprios; deter participação de quaisquer outras sociedades, empresárias ou não, no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócio, acionista, quotista ou sob qualquer outra forma permitida em lei; e realizar atividades veterinárias para fins de ensino e pesquisa e/ou outras atividades de ensino correlatas. **1.2. Reapresentação das cifras comparativas:** Durante a elaboração das demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia identificou erros nas demonstrações financeiras anteriormente emitidas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e a períodos anteriores. Os erros decorrem do reconhecimento indevido de despesa de amortização relacionada a ativos intangíveis registrados como mais-valia em combinação de negócios, especificamente os ativos "Carteira de clientes" (no montante de R\$4.546), e "Cláusula de não concorrência" (no montante de R\$324), após a aquisição do Grupo Veritas pela ACEF em abril de 2018, cuja amortização foi mantida de forma incorreta após a conclusão do processo de alocação do preço de compra (PPA). Em decorrência, houve redução indevida do saldo desses intangíveis e impacto no resultado do exercício, bem como no patrimônio líquido. Em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia corrigiu esses erros de forma retrospectiva, com a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2024 e, quando aplicável, o ajuste do saldo de abertura do patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2024. Os efeitos da reapresentação sobre as cifras comparativas de 31 de dezembro de 2024 e 1º de janeiro de 2024, são demonstrados a seguir:

| c) Demonstração das mutações do patrimônio líquido: | | | Reservas de capital | | | Reservas de lucros | | |
|---|----------------|---------------------------|------------------------------|---------------|-----------------------------|--------------------|----------------|--|
| | Capital social | Futuro aumento de capital | Total de reservas de capital | Reserva legal | Total de reservas de lucros | Lucros acumulados | Total | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 (não auditado) | 71.159 | 21.965 | 21.965 | 14.315 | 4.466 | 18.781 | 111.905 | |
| Reversão de amortização indevida mais-valia | - | - | - | 4.700 | - | 4.700 | 4.700 | |
| Saldo em 01 de janeiro de 2024 (reapresentado) | 71.159 | 21.965 | 21.965 | 19.015 | 4.466 | 23.481 | 116.605 | |

d) Demonstração dos fluxos de caixa:

| | 31/12/2024 | Ajuste | 31/12/2024 |
|--|-----------------|------------|-----------------|
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 22.078 | 170 | 22.248 |
| Depreciação e amortização | 3.364 | (170) | 3.194 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 25.816 | - | 25.816 |
| Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento | 14.107 | - | 14.107 |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento (29.787) | (29.787) | - | (29.787) |
| Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa | 10.136 | - | 10.136 |
| Acréscimo no caixa e equivalentes de caixa | 10.136 | - | 10.136 |

1.3. Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, com alterações da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas estão sendo divulgados na Nota 3. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram concluídas e aprovadas pela Administração da Companhia em 30 de abril de 2026. **1.4. Declaração de conformidade:** A Companhia está apresentando suas demonstrações financeiras, considerando que sua controladora intermediária ACEF S.A., realizou a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia não possui instrumentos de dívida ou patrimoniais negociados publicamente; não teve arquivado nem está em processo de arquivamento de suas demonstrações financeiras junto a Comissão de Valores Mobiliários; e sua controladora final, Cruzeiro do Sul Educacional S.A., preparou as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, conforme previsto no Pronunciamento CPC 36 - Demonstrações Consolidadas. **2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo riscos que podem causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão relacionados a seguir: **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Provisão para demandas judiciais:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido está e revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal. **Provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa:** A provisão para perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa é calculada de acordo com as diretrizes do CPC 48/IFRS 9. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais na perda incorrida. A Companhia utiliza o expediente prático previsto na norma e aplica o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento. **Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e períodos de contrato:** A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar emprestados os recursos necessários para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, com valor similar ao direito de uso do ativo em ambiente econômico similar. A obtenção dessa taxa envolve um elevado grau de julgamento e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2)/IFRS 16 permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que essa escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares; e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). Para arrendamentos de centros acadêmicos, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes: • se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão); • se houver benefícios em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. Adicionalmente, a Companhia considera outros fatores, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado. Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e esteja sob o controle do arrendatário, por exemplo, se uma opção é de fato exercida (ou não exercida) ou se a Companhia fica obrigada a exercê-la (ou não a exercer).

Diretoria
Renato Padovese - Diretor Presidente
Luís Felipe Bresola - Diretor sem Designação Específica
Felipe Coragem Negro - Diretor Financeiro e Administrativo
Contadora
Solange Marcos
CRC: 1SP-244763/O-0

continua →